



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567501 - MT (2020/0071200-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ONORIO GONCALVES DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO : ONORIO GONCALVES DA SILVA JUNIOR - MT0129920
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : LUCIANO PALOPOLI BARROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Luciano Palopoli Barros**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Mato Grosso – que denegou a ordem ali impetrada (fls. 286/294 – *Habeas Corpus* Criminal n. 1000743-15.2020.8.11.0000), mantendo a segregação cautelar do paciente, decretada pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da comarca de Cuiabá/MT, ante a necessidade de se resguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal, pela prática, em tese, dos crimes de integrar organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), tráfico de drogas, associação para o tráfico, tortura, sequestro e roubo, no âmbito da *Operação Reditus*, que identificou membros da organização criminosa denominada *Comando Vermelho* (fls. 17/277 – Medida Cautelar n. 9573-23.2019.811.0064) –, alegando-se constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação do decreto preventivo.

Sustenta o impetrante, em síntese, que *não houve decisão idônea e concreta em relação à pessoa do paciente Luciano, pedimos vênia, para consignar, que em relação ao paciente a prisão se fundamentou somente na gravidade do crime* (fl. 7).

Postula, então, a concessão liminar da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente.

É o relatório.

Busca a impetração a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente –decretada ante a necessidade de se resguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para garantir a aplicação da lei penal, pela prática dos crimes de integrar organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), tráfico de drogas, associação para o tráfico, tortura, sequestro e roubo –, ao argumento de ausência de fundamentação do decreto preventivo.

Inicialmente, registre-se a fundamentação do decreto preventivo ora hostilizado (fls. 108/110 e 239/244):

No que tange o representado LUCIANO PALOPOLI BARROS (vulgo "Gordinho") as investigações demonstraram que é integrante da organização criminosa, denominada "Comando Vermelho - CV/MT", exercendo as funções de "disciplina" e "cadastro", o que significa dizer, que tem um papel de destaque no

quadro da organização criminosa, sendo o responsável por gerenciar o cadastro de novos membros e estabelecimentos comerciais, que pagam "taxa" de proteção.

Como já mencionado alhures, o representado Jaysson Leandro atribui a função de cadastrar novos membros à facção e os comércios ao investigado Luciano Palopoli Barros, [...]

Os adesivos mencionados no trecho acima são utilizados como forma de sinalizar os locais associados à facção criminosa, geralmente estão vinculados a produtos comerciais, tais como: slogan de operadora de cartão de crédito e ou telefônico. Entretanto, no adesivo, normalmente, contem as letras iniciais da organização criminosa, ou seja, "C" e "V", em alusão a Comando Vermelho. Neste sentido, denota-se que no decorrer da interceptação o representado Jaysson Leandro entrou em contato com o investigado Luciano Palopoli solicitando que este colocasse adesivo da organização criminosa no estabelecimento comercial, localizado na Avenida José Barriga, na cidade de Rondonópolis-MT, [...]

De todo o exposto, tem-se que o acervo probatório colacionado aos autos demonstram "quantum satis" a materialidade e autoria em relação aos representados MAURÍCIO GONÇALVES DA SILVA, JAYSSON LEANDRO RODRIGUES DE BARROS, JACQUELINE DOS SANTOS NOGUEIRA, GABRIEL VIEIRA DA COSTA, DOUGLAS VIEIRA DA COSTA, AISLAN ALEF VIEIRA NEVES, AUGUSTO FELIPE DA SILVA, JOÃO VITOR DA SILVA, ELKJAI PEREIRA DE ANDRADE, KAIC SILVA LIMA, ADELINO MESSIAS DE SOUZA, FRANCISCO MARCOS DA SILVA, MATEUS DA SILVA, GILVAN OLIVEIRA MACENA, LUCIANO PALOPOLI BARROS, MARCOS VINÍCIUS BARBOSA CHIMENES, JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES FENGLER, WANDERSON MARCOS DA SILVA, MARCOS DA SILVA MARTINS, JOSE FELIPE SOUZA SANTOS, EMILSON RODRIGUES DA SILVA, LUCIVÂNIA VIEIRA DA COSTA, LUAN SALES BARBOSA, DANIEL JUNIO DOS SANTOS BARBOSA, DHEYTON NUNES DOS SANTOS SOUZA, JEAN SENER, JESSICA TAVEIRA DE ANDRADE, WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS, PABLA MELO KLAUSS, WEVERSON SILVA BRITO, WERCULES DE LIMA RAMOS, WANDEBRIM PEREIRA ALVES, IGOR GUSTAVO PEREIRA DOS ANJOS, THIAGO OLIVEIRA SANTANA, RONIE NASCIMENTO SILVA, VANESSA PEREIRA DE SOUZA, FRANCIELI DE OLIVEIRA RODRIGUES, VANDERSON PEREIRA DE SOUZA, LUAN TEIXEIRA DE OLIVEIRA, MAURO DA SILVA MATHIAS, VALDEMAR FERREIRA GREGORIO, RIVALDO PEREIRA MANDINGA, PAULO HENRIQUE ARGUELLO TRISTÃO, LUIZ TIAGO DE SOUZA FILHO, EDEILSON SANTOS DOS REIS, RODRIGO SILVA SANTOS, CRISTIANE DA SILVA MENDONÇA, JHONATAN RODRIGUES FARIA, UGO PEREIRA DE ARAÚJO, ELISIO AUGUSTO PEREIRA, JEAN MENDES NASCIMENTO, LUIS FERNANDO LOBATO CUNHA, PAULO RICARDO SEIXAS ARLINDO, JUDEAN MENDES NASCIMENTO, CLAUDIA MARIA DE SOUZA, ANA BEATRIZ DOURADO DOS SANTOS, LEANDRO PARATECO DE OLIVEIRA, JEFERSON RODRIGO RIBEIRO CAMPOS, LAURA ROSANA PEREIRA ARAÚJO, MAURO ALMEIDA, ADÃO ALVES DA SILVA NETO, FERNANDA BORGES DOS SANTOS, MIRIA AURELIANO CAVALCANTE, FAGNER ARAÚJO DOS SANTOS, KATIA DA SILVA DOS SANTOS e EDINALDO NUNES DA SILVA, pelos crimes de integrar ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (artigo 2º, "caput" da Lei nº 12.850/2013), e pelos crimes de TRÁFICO DE DROGAS, MAJORADO (por participação de adolescentes), ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (arts. 33, 37 e 40, da Lei nº 11.343/2006), TORTURA (art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.455/97), SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO (art. 148, do CP), ROUBOS (art. 157, do CP) e outros, c/c art. 69 do Código Penal de modo a se poder deferir as medidas solicitadas.

Isto posto, em consonância com o parecer ministerial e tendo em vista que se encontram presentes adinículos de provas a demonstrar a materialidade dos crimes e veementes indícios de autoria, visando garantir a aplicação da lei, restabelecer a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal (fumus delicti comissi e periculum in mora), com fundamento no art. 312, do Código de Processo Penal, DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA dos representados abaixo indicados:

[...]

15. LUCIANO PALOPOLI BARROS (vulgo "GORDINHO"), portador do RG n.

1524126-2, CPF n. 005.926.58171, nascido em 04/06/1985, natural de Rondonópolis-MT, filho de Luiz de Souza Barros e Norma Palopoli Barros, endereço: Rua Rio Branco, nº 3532, Bairro Monte Líbano, Rondonópolis-MT;

Assim, tem-se que, em juízo de cognição sumária, o Magistrado singular apontou indícios concretos de como o paciente, em liberdade, poderia colocar em risco à ordem pública, atrapalhar a instrução criminal ou frustrar futura aplicação da lei penal – ressaltando o fato de integrar a organização criminosa Comando Vermelho – apresentando o decreto preventivo, assim, fundamento apto a consubstanciar a prisão.

Registre-se que, em casos similares, esta Corte considera válida a fundamentação do decreto preventivo, confirmam-se:

Apresentada fundamentação concreta para decretação da prisão preventiva, evidenciada nos indícios da participação do agravante em organização criminosa complexa, composta por diversos membros que se utilizava de grande aparato bélico e com ligações à conhecida Facção criminosa Comando Vermelho, não há que falar em ilegalidade do decreto prisional.

(AgRg no RHC n. 120.796/PA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 14/2/2020)

O acusado figura como uma das principais lideranças da facção criminosa Comando Vermelho que, de forma organizada, com divisão territorial, controla enorme volume de atividades de tráfico de drogas realizado no complexo de favelas do São João, sendo uma das principais associações destinadas à prática do crime de tráfico de drogas com atuação no Estado do Rio de Janeiro. O paciente é descrito como uma espécie de "lenda" na comunidade, sendo reverenciado pelos criminosos que, inclusive, revelam uma espécie de orgulho em reproduzir fatos relacionados com o atuar criminoso do denunciado.

[...]

Decreto preventivo que está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública, pois o agravante é apontado como um dos principais líderes de organização criminosa voltada para o tráfico de drogas e crimes correlatos no município do Rio de Janeiro, vinculada à facção Comando Vermelho, possuindo extenso histórico criminoso.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que "a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa" (RHC 122182, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/8/2014; HC 154.438/MT, Rel. Ministro ALEXANDRE DE MORAES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 1º/7/2019; e AgR no RHC 144.517/SP, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 5/9/2018).

Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, porquanto a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do paciente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 545.086/RJ, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 13/3/2020)

Então, não verificado, *in casu*, a probabilidade do direito, elemento indispensável à concessão da tutela de urgência.

Outrossim, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Em razão disso, **indefiro** o pedido liminar, **determinando**, entretanto, ao Magistrado singular, que analise, com periodicidade máxima de 90 dias, a conveniência do acautelamento preventivo, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP (com redação dada pela Lei n. 13.964/2019): *decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.*

Solicitem-se informações e cópias dos principais atos processuais, no prazo de 10 dias, ao Juízo de primeiro grau competente, quanto às alegações do presente *mandamus*, inclusive quanto à previsão de encerramento de instrução processual e de prolação de sentença, devendo a solicitação ser acompanhada de cópias da petição inicial (fls. 3/17) e desta decisão liminar.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator